



Quando o historiador é pai e filho¹

Ivan Jablonka^{1*}

¹Université Sorbonne Paris Nord, Villetaneuse - França

RESUMO

O historiador francês Ivan Jablonka discute neste texto o seu premiado livro *Histoire des grands-parents que je n'ai pas eus* que busca reconstruir a vida dos avós paternos que testemunharam e foram vítimas das grandes catástrofes do século XX. Este livro, publicado na França em 2012, ocupa um lugar central em seu projeto de história como “literatura do real”, cuja forma híbrida ofereceria a oportunidade de escrever algo verdadeiro sobre o passado e o presente sem renunciar à dimensão emotiva e cativante do texto, prerrogativas que ele atribui à criação literária. No texto aqui traduzido, Jablonka discute seu livro com psicanalistas em um simpósio dedicado ao tema do parentesco e da filiação, abordando algumas das questões centrais de sua reflexão sobre o ofício do historiador, tal como a possibilidade de conciliar distanciamento acadêmico e envolvimento afetivo, rigor científico e criatividade narrativa.

Palavras-chave: Ivan Jablonka; biografia; literatura do real; método histórico; subjetividade.

When the historian is father and son

ABSTRACT

In this text, French historian Ivan Jablonka discusses his award-winning book *Histoire des grands-parents que je n'ai pas eus*, which seeks to reconstruct the lives of his paternal grandparents who were both witnesses to, and victims of, the twentieth century's greatest catastrophes. Published in France in 2012, this book is an important part of Jablonka's project to write history as a “literature of reality,” whose hybrid form allows historians to write something true about the past and present without renouncing the captivating

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X02104413>

Tradução recebida em 9 de fevereiro de 2020 e aceita para publicação em 20 de março de 2020. Tradução de Naiara Damas (Universidade Federal de Juiz de Fora/MG) e Eduardo Wright Cardoso (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/RJ). Revisão da tradução: Nathália Sanglard (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/RJ).

¹ Quand l'historien est père et fils. In: AVRANE, Patrick *et alii*. *Parentalités et filiation*. Paris: Campagne Première, 2015, p. 21-50. Este livro reúne textos apresentados no Colóquio *Parentalités et Filiation*, organizado pela Société de Psychanalyse Freudienne de Paris em 2014. (C) Ivan Jablonka, (C) Éditions du Seuil.

* Professor da Université Sorbonne Paris Nord, Villetaneuse – França.

emotional dimensions of literary texts. In the text translated here, Jablonka discusses his book with psychoanalysts in a symposium about kinship and affiliation. He addresses some central issues of the historical profession, such as the possibility of reconciling academic distance and affective involvement, or scientific rigor and creative storytelling.

Keywords: Ivan Jablonka; biography; literature of the real; historical method; subjectivity.

Cuando el historiador es padre e hijo

RESUMO

El historiador francés Ivan Jablonka analiza en este texto su galardonado libro *Histoire des grands-parents que je n'ai pas eus*, que busca reconstruir la vida de los abuelos paternos que fueron testigos y fueron víctimas de las grandes catástrofes del siglo XX. Este libro, publicado en Francia en 2012, ocupa un lugar central en su proyecto de historia como “literatura de lo real”, cuya forma híbrida ofrecería la oportunidad de escribir algo verdadero sobre el pasado y el presente sin renunciar a la dimensión emocional y cautivadora del texto, prerrogativas que atribuye a la creación literaria. En el texto traducido aquí, Jablonka discute su libro con los psicoanalistas en un simposio dedicado al tema del parentesco y la afiliación, abordando algunos de los temas centrales de su reflexión sobre la profesión del historiador, como la posibilidad de conciliar la distancia académica y la participación afectiva, el rigor científico y creatividad narrativa.

Palavras-chave: Ivan Jablonka; biografía; literatura de lo real; método histórico; subjetividad.

Durante muitos anos, tentei reconstruir a trajetória dos meus avós paternos, cujas vidas trágicas e banais, que atravessam a primeira metade do século XX, irei lhes descrever em poucas palavras.

Eles nasceram no começo do século num *shtetl*, uma pequena aldeia judia tradicional da Polônia. Desde muito cedo, militaram no Partido Comunista polonês, ilegal à época, e por essa razão foram condenados a cinco anos de prisão por “crime contra o Estado”. Eram muito jovens quando foram presos – entre 20 e 25 anos de idade. Quando saíram da prisão, no final dos anos 1930, eles se exilaram em Paris, onde tentaram refazer as suas vidas tanto quanto possível. Estavam “ilegais” [*sans-papiers*] – expressão um pouco anacrônica – e meu avô foi novamente jogado na prisão, desta vez por falta de documentos. Em Paris, tiveram dois filhos: minha tia, em 1939, e meu pai, em 1940. Quando a guerra começou, meu avô se alistou na Legião Estrangeira e lutou na campanha da França em junho de 1940. Depois da derrota, retornou a Paris, onde, desta vez, meus avós foram perseguidos por serem judeus.

Eles escaparam de algumas operações policiais, mas em 1943 foram detidos e deportados para Auschwitz, onde foram assassinados em circunstâncias que eu ainda não conheço. Com a cumplicidade de um vizinho e de um comitê judeu clandestino, os seus dois filhos puderam ser removidos, escondidos no campo e, por fim, salvos.

Para resumir essa vida – bastante comum se a relacionarmos com a sua geração, bastante trágica se a relacionarmos com a nossa – podemos dizer que meus avós passaram a vida toda na clandestinidade, primeiro como comunistas na Polônia, depois como imigrantes ilegais na Paris dos anos 1930 e, finalmente, como judeus sob a Ocupação. Três clandestinidades, três ausências no mundo – até a derradeira, aquela que lhes subtrai a vida.

Entre todos os meus livros, *A história dos avós que eu não tive* foi o que mais me custou em termos de tempo, investimento e escrita. Não porque seria emotivo ou difícil de escrever de um ponto de vista familiar, mas porque contraria uma série de expectativas e suscita problemas para mim como historiador. Eu gostaria de mencionar os desafios historiográficos que estão inseparavelmente ligados às questões de método e de escrita. Em particular, eu gostaria de mostrar que a investigação histórica depende da maneira como operamos com a nossa filiação, o nosso parentesco, a nossa emoção.

A pergunta que me coloquei, ao escrever este livro, foi quem nos gera. É muito fácil para uma criança responder a essa pergunta, mas, para o historiador ou o escritor, ela é mais complicada. Uma solução seria respondê-la no plano intelectual, ao se inscrever em filiações historiográficas ou literárias de prestígio; no entanto, eu gostaria de evitar essa comodidade e quando eu falar sobre os livros que me influenciaram, tentarei mostrar que a questão da geração [*engendrement*] nas ciências sociais é complexa.

A abordagem que dirigi a escrita e a publicação do meu livro corresponde a três questões metodológicas que são também desafios. Em primeiro lugar, como escrever a história dos seus na condição de historiador, de pesquisador nas ciências sociais? Em segundo lugar, qual exigência de reflexividade se impõe a nós – e, nesse caso, a mim? Finalmente, quais fontes reunir para escrever a biografia de pessoas anônimas?

Esses três desafios convergem para uma única questão: o que fazer com os vínculos que nos ligam a um certo número de filiações? Os pesquisadores e os escritores muitas vezes se sentem tentados a se desvencilhar de seus vínculos, ou mesmo cortá-los – o que obviamente é uma ilusão. Esse pesquisador não ousará dizer de onde ele vem e de onde ele fala; esse escritor afirmará que ele se constituiu completamente sozinho, que não deve nada a ninguém (exceto a Dante e a Shakespeare). Eu quis adotar a abordagem oposta, que consiste em aceitar esses vínculos, não por servidão voluntária, mas porque eles podem ser considerados como uma fonte de inspiração, uma força. Para aqueles que rejeitam a ilusão narcisista da autogeração, do gênio inato ou da ciência infusa, esses vínculos são auxílios que nos permitem saber quem nos gerou e, assim, de onde viemos e quem somos. No entanto, isso deve ser dito *no interior do texto*, e não nas suas margens.

Escrever a história dos seus

Meu livro é um ensaio de biografia familiar que transgredir uma regra tácita da história: não falar de si. Como afirma Pascal, o eu é “abominável” – palavra de ordem que a maioria dos estudiosos incorporou por iniciativa própria a partir do último terço do século XIX, na medida em que o eu ameaçaria sua objetividade. Nesse momento, o ideal em voga é aquele de uma ciência anônima, na qual o estudioso teria se refugiado – num espaço de observação sem observador, de enunciação sem enunciador.

Contudo, no último terço do século XIX, no mesmo momento em que surge o ideal da ciência objetiva, impessoal e anônima, outros pensadores, sobretudo na Alemanha, argumentam que é possível fundir sua humanidade a um trabalho de ciências sociais. A tradição hermenêutica, que vai de Wilhelm Dilthey (1833-1911) a Raymond Aron na França dos anos 1930, revelou a importância da subjetividade em todas as etapas da operação historiográfica. Esses pensadores – Dilthey, Aron, Marrou, Ricoeur – enfatizaram a questão da individualidade, que se expressa tanto no recorte cronológico, na escolha dos arquivos, na explicação causal, quanto nas formas da narrativa [*récit*], seu tom ou ritmo. É imperativo reconhecer os aspectos mais instintivos e involuntários da subjetividade historiadora.

No entanto, o historiador pode recorrer ao seu *eu* [*moi*] de modo plenamente consciente. Estou pensando, simplesmente, na escolha do tema. Muitas obras históricas e sociológicas enraízam-se num tropismo pessoal: um antigo comunista trabalhará com a história do comunismo, um historiador nascido no campo trabalhará com os camponeses, um órfão da Shoah trabalhará com a destruição dos judeus da Europa etc. Alguns pesquisadores encontram-se pessoalmente envolvidos, afetados, por seu objeto de estudo. Além disso, a moda que Pierre Nora chamou de “ego-história” convida o historiador a escrever a sua própria história, a se fazer “historiador de si mesmo”. Atualmente, os requisitos da habilitação para se tornar pesquisador (HDR)² demandam esse trabalho de si por meio da elaboração de memorial. Para além do fato de a subjetividade atuar de maneira inconsciente durante toda a operação historiográfica, pode-se distinguir dois níveis de investimento pessoal do pesquisador: as raízes biográficas da pesquisa e o ensaio de ego-história.

Podemos afirmar que essa última forma é bastante convencional, na medida em que traduz, paradoxalmente, uma certa desconfiança em relação ao eu e à subjetividade. De fato, quando os pesquisadores concordam em dizer “eu”, é sempre à margem de seu trabalho acadêmico. Dizemos “eu” numa autobiografia que escrevemos no fim da carreira, quando estamos cobertos de títulos e de homenagens, ou aos 80 anos, no inverno da vida, ou numa obra de epistemologia ou também num prefácio, numa página de agradecimentos etc. O

² [N. dos Tradutores] Sigla que remete à *Habilitation à diriger des recherches*, a mais alta qualificação universitária do sistema de ensino francês, sendo requerida nos casos em que o candidato postula um cargo como professor universitário.

prefácio ou a memória da HDR parecem ser os únicos espaços para o “eu” legítimo. Assim que o “verdadeiro” trabalho científico começa, o “eu” não seria mais admissível.

Eu quis ir além dessa interdição tácita e assumir plenamente a minha subjetividade (nesse caso, esse vínculo familiar) no meu trabalho acadêmico. Não fiz, por um lado, um artigo teórico para dizer que o ‘eu’ é necessário e, por outro, um trabalho acadêmico objetivo, impessoal e anônimo, no qual o Passado fala por si mesmo. Evocar a história de sua família *como pesquisador* enseja um nível adicional de intimidade, que nada tem a ver com postulados historiográficos, metodológicos ou hermenêuticos.

Claro que não sou o primeiro pesquisador a escrever sobre a própria família. Nesse aspecto, o meu projeto é herdeiro de experiências que me pareceram convincentes. Edgar Morin foi um dos primeiros a pesquisar sobre seu pai, como sociólogo, em *Vidal e os seus* (1989). É possível mencionar também *Les trois exils* (2006) de Benjamin Stora, assim como *Charonne* (2006) de Alain Dewerpe, sobre o massacre policial na estação Charonne, em 1962, no final da guerra da Argélia. À sua maneira, este é um livro de família, pois a mãe do historiador foi uma das nove vítimas identificadas no dia seguinte à manifestação. Alain Dewerpe dedica seu livro *in memoriam* a sua mãe: “Esse projeto de devoção filial também faz parte de um tributo acadêmico. Se ser filho de uma mártir de Charonne não traz nenhuma clareza, também não impede de fazer o seu trabalho de historiador”. Há aqui uma bela reflexão sobre o compromisso do historiador com a sua busca, com seu tema de estudo e sobre as ilusões da pseudo-objetividade excessiva. Certamente, não somos mais lúcidos porque sofremos, mas isso não impede de fazer o nosso trabalho e de seguir as exigências do nosso método.

Para retornar ao meu ensaio de biografia familiar, eu decidi fazê-lo como historiador, mas também como neto, filho e pai. Meu livro é a escavação de identidades múltiplas. Estou envolvido, como qualquer um, em laços familiares, mas em que condições posso falar sobre isso? Porque é evidente que um excesso de subjetividade aniquilaria a pesquisa em ciências sociais. Se fizesse um livro para homenagear os meus avós, heróis, vítimas ou personagens extraordinários, eu abandonaria a história para fazer apenas um trabalho comemorativo ou pungente. Chego assim, naturalmente, à segunda questão com a qual me ocupo: a distância entre o eu e seu objeto de estudo.

A exigência de reflexividade

Em qualquer trabalho de ciências sociais – história, sociologia, antropologia, etnologia, geografia etc. –, há uma exigência de distanciamento. Nesse caso, eu não tive que fazer muito esforço, porque foi a própria morte que me impôs a distância.

A minha avó morreu aos 28 anos de idade, meu avô aos 34 ou 35. Eu mesmo tenho hoje 41 anos e, portanto, sou mais velho que meus próprios avós. Aconteceu uma espécie

de inversão de gerações, de tal modo que agora cabe a mim tomar conta dos meus avós. Na minha família, eu sou o velho e meus avós são os jovens – jovens militantes, jovens amantes, jovens pais –, aprisionados em sua eterna juventude. Sou eu o protetor dos meus avós: sou o avô dos meus próprios avós, que são “moços”. Nessa inversão geracional, há a percepção, talvez banal, de que o parentesco é reversível: podemos ser, sucessivamente, o neto e o avô, o filho e o irmão. Estas são funções que podem ser trocadas e creio que, por meio do meu livro, desempenhei um pouco de todas elas.

De todo modo, a vida dos meus avós acaba muito tempo antes da minha começar: 30 anos separam o meu nascimento da morte deles. Nós não habitamos o mesmo mundo. Como o meu próprio pai foi separado de seus pais quando tinha dois anos de idade, Matès e Idesa Jablonka são tanto meus parentes quanto completos estranhos. Nós temos o DNA em comum e talvez, até mesmo, semelhanças físicas. Claro, também existe a filiação que carrega consigo sentimentalidade, mas ela passa essencialmente pelo meu pai que faz a ligação entre os meus avós, que ele conheceu, e eu mesmo.

Há algo mais do que essa distância causada pela morte. Estou separado dos meus avós por um fosso sociológico, político e linguístico. Meus avós, um seleiro e uma costureira, eram pequenos artesãos do *shtetl*, ou seja, trabalhadores manuais relativamente modestos, para não dizer pobres. Meu retrato sociológico é completamente diferente: parisiense, graduado, funcionário, com “mãos macias” – nada a ver com a Polônia rural do começo do século XX. A questão não é ter vergonha ou orgulho disso. O único ponto interessante dessa comparação é que, de uma perspectiva sociológica, não temos nada a ver.

Como comunistas, que dedicaram uma parte de suas vidas a esse ideal, eles estavam entusiasmados seduzidos pela grande revolução proletária; queriam construir uma sociedade socialista. No que me diz respeito, o muro de Berlim caiu quando eu tinha 16 anos. Quando observo o seu engajamento e as suas palavras, tenho a impressão de que não vivemos no mesmo século. Não estou certo de ter algo em comum com os militantes comunistas dos anos 1930, stalinistas ou trotskistas, inseridos no espaço político que Timothy Snyder denominou de “terras de sangue”. Naquela época, pertencer ao quadro comunista significava estar preparado a dar a vida pelo proletariado, pela União Soviética, por Stalin que, nesse mesmo momento, arquitetou a fome na Ucrânia, ao custo de dois milhões de mortos. Isso não significa que os meus avós eram cúmplices. Isso significa que ser comunista não era, como hoje, participar de reuniões do partido ou vender *L’Huma*³ em feiras de subúrbios operários. Eram compromissos de vida e morte que podiam levar ou a uma vala comum ou, na melhor das hipóteses, à prisão – e foi isso o que aconteceu com os meus avós.

³ [N. dos Tradutores] Forma coloquial para se referir ao jornal socialista *L’Humanité*, fundado em 1904 pelo socialista Jean Jaurès e que nos anos 1920 se tornou o órgão oficial do Partido Comunista francês.

Finalmente, a distância é linguística. Não temos nenhuma língua em comum. Eles falavam polonês e iídiche, idiomas que eu não conheço, uma vez que falo apenas francês, inglês e italiano. Nós não teríamos encontrado palavras em comum para conversar, a menos que meus avós, tendo permanecido em Paris depois da Guerra, tivessem aprendido o francês (sem perder o sotaque iídiche!).

Do mesmo modo como devo assumir essa distância multiforme, também devo explicar como tentei superá-la. Para isso, realizei um exame crítico sistemático. “A honestidade científica”, escreve Henri-Irénée Marrou, exige que o historiador nos faça “testemunhar a gênese de sua obra”: por que e como ele escolheu o seu tema, o que procurava e o que encontrou ali, qual foi o “seu itinerário interior”. Em uma palavra, conclui Marrou, é bom que o historiador se disponha a fazer “uma introspecção escrupulosa” (MARROU, 1954, p. 231). É quase um convite à análise, mesmo à autoanálise, ainda que não estejamos ainda nesse ponto.

Tentei expor essa introspecção, essa exigência de reflexividade no processo mesmo da escrita. Do meu trabalho como historiador, minha pesquisa, minhas intuições, minhas dúvidas, meus sucessos, meus fracassos – eu decidi mostrar tudo. Esse esforço de honestidade e transparência se impunha ainda que apenas para mostrar que meus arquivos não são algo dado, um achado numa casa no campo, mas sim o resultado de um raciocínio. A vida dos meus avós é inseparável dos esforços com os quais tentei encontrar seus vestígios em cerca de vinte arquivos na Polônia, França, Israel e na Argentina e em numerosos testemunhos.

Na minha obra, além das notas de rodapé que compõem a discussão científica, podemos distinguir duas vozes narrativas: um historiador apresenta os frutos de sua investigação, oferece seus “resultados”, e, ao mesmo tempo, conta como ele obteve esses resultados. Minha investigação de historiador é parte integrante do relato, no qual torno visível e público aquilo que os antropólogos chamam de “caderneta de campo”. Minha narrativa é concebida, portanto, como uma estrutura de dupla hélice: um historiador conta a vida daqueles que pereceram e a investigação através da qual ele foi capaz de reconstruir suas vidas.

Rejeitei o “como se” da história que fala por si mesma, do Passado que se escuta ao pé da lareira. Rejeitei essa ficção, enfatizando que a história é escrita por um historiador, um indivíduo de carne e osso. Convidei o leitor para entrar em minha oficina ou, para usar outra metáfora, nos bastidores do meu trabalho – uma maneira de mostrar que a compreensão do passado não é um simples resultado, mas antes um processo, uma busca e, até mesmo, um combate.

A busca pelas fontes

A história como investigação me leva a formular um terceiro desafio, a última questão metodológica: reunir as fontes para combinar biografia e micro-história. Meus avós só deixaram para trás dois órfãos, algumas cartas, um passaporte. Quando se olha para o que pro-

duzimos numa vida, como montes de fotos, de cadernos, de faturas, de receitas, de recibos e declarações, vemos que um punhado de cartas e um passaporte não são muita coisa, mesmo que nossos filhos sejam, sem dúvida, o que deixamos de mais importante.

Não sobrou quase nada dos meus avós. A causa desse vazio, dessa quase-volatização, é o assassinato deles no contexto de um genocídio, que consistiu em eliminar não apenas as vítimas, mas também a memória dessas vítimas. Esse silêncio também se deve a sua origem modesta: eram pequenos artesãos num ambiente em que o recurso à escrita é excepcional. Eles não publicaram nada nem disseram ou fizeram nada memorável. No fundo, eles fazem parte dos 99,9% da humanidade que passou por esse mundo em silêncio, depois de uma vida mais ou menos breve. O efeito dessa ausência quase total de arquivos familiares tornou mais difícil o meu trabalho como historiador. Como construir uma biografia no vácuo? Como produzir um livro a partir do nada?

Duas possibilidades se apresentam para responder a esse desafio. Podemos empregar um modelo periférico, como fez o historiador Alain Corbin quando escreveu um livro sobre um completo desconhecido, um artesão-tamanqueiro analfabeto da região de Orne que viveu no século XIX (CORBIN, 1998). Ele pesquisou o chamado Pinagot através de arquivos periféricos. Por exemplo, Pinagot vivia às margens da floresta e Alain Corbin a estudou para saber o que Pinagot via todas as manhãs quando abria a janela. Essa abordagem consiste em contornar o vazio, em identificar aqueles que pereceram para compreender o seu cotidiano. O segundo modelo, de caráter testemunhal, consiste em viajar pelo mundo inteiro para encontrar testemunhas. É o que faz Daniel Mendelsohn no livro *Os desaparecidos*, que eu resenhei para *La Vie des Idées* assim que foi lançado em 2007.

Esses dois livros me influenciaram e, assim como Alain Corbin e Daniel Mendelsohn, eu mesmo entrevistei sobreviventes, encontrei testemunhas, vaguei pelos lugares em que os mortos assombraram. No entanto, queria evitar que a emoção dominasse a minha pesquisa ou, pelo menos, que fosse a sua única guia. Por uma questão de rigor, queria dispor de arquivos e fontes impressas.

Isso foi o mais difícil. Essa busca por arquivos em vários países me tomou muito tempo e o essencial do meu livro se baseia sobre os fundos arquivísticos que descobri. Sem que soubessem, meus avós deixaram uma série de vestígios, muitos dos quais estão ligados à repressão multiforme que sofreram. Ao persegui-los, o Estado polonês, a Terceira República e o regime de Vichy produziram informações sobre eles.

Quais são esses vestígios deixados na França, na Polônia e em outros lugares? Eles são, por exemplo, os processos instituídos contra eles na Polônia por atividades comunistas, dossiês judiciais e penitenciários, relatórios da Segurança Nacional junto ao Ministério do Interior francês. Encontrei também o registro de prisão do meu avô, do final dos anos 1930, bem como seu dossiê militar na Legião Estrangeira. Por fim, a perseguição antissemita produziu vários documentos: registros da Prefeitura de Polícia de Paris em 1943, fichas de Drancy, lista de deportação para Auschwitz.

O mais importante é que todos esses arquivos são públicos. Qualquer um pode consultá-los. Ainda que fosse necessário encontrá-los, uma vez que eu der a localização e o registro no meu livro, qualquer um pode consultá-los e verificar o que eu digo. Além disso, recolhi muitos documentos, arquivos e testemunhos suficientes para confrontar as fontes, o que me permite reforçar a exatidão. Depois da prova segue a comparação. Ao ler os relatos de vida e coletar documentos e testemunhos sobre trajetórias semelhantes às dos meus avós (militância, exílio, perseguição), eu consegui escapar da religião do único em que tantos biógrafos se enredam. Uma biografia não é nada mais do que uma grande metonímia, na medida em que consiste em mostrar, ao mesmo tempo, que as pessoas são únicas e que pertencem a coletividades: os chamados “heróis” são, na verdade, exemplos ou contraexemplos de grupos sociais, políticos, religiosos etc. A questão da representatividade é fundamental aqui.

Fundamentalmente, meu trabalho é uma biografia, mesmo que ela seja sobre a minha família e mesmo que se situe nos limites. A biografia é, na minha opinião, um dos únicos exercícios nas ciências sociais que enseja uma história total, plenamente sociológica, ao mesmo tempo individual e coletiva, micro-histórica e global, local e transnacional. É aqui que a biografia é apaixonante para mim como historiador social (eu comecei como historiador da infância)⁴. É possível seguir passo a passo, ano após ano, até a morte, essas crianças, essas mulheres e esses homens que compõem a maior parte da humanidade? Nesse sentido, a biografia permite ir em busca de uma humanidade desaparecida, dessa humanidade que constitui o não-evento, o não-importante, o oposto do que se chama História, com seus grandes homens, suas batalhas, suas coroas e, é claro, sua pomposa letra maiúscula.

A biografia também é um exercício transversal que abarca os meios sociais, as épocas e os regimes políticos. Muitas vezes, os livros de história são compartimentados: ficamos apenas num país, num período e numa historiografia. Na direção oposta, eu tentei atravessar vários campos, várias disciplinas, vários países, várias épocas. Essa transversalidade me inspirou a fazer perguntas que eu não teria feito de outra forma.

Darei apenas um exemplo. Pesquisar sobre os meus avós de modo longitudinal, isto é, desde o nascimento até a morte, leva a me perguntar quando começa a perseguição contra eles. Se considerarmos de modo convencional que meus avós são vítimas da *Shoah*, respondemos à pergunta: tudo começa com a Segunda Guerra Mundial. No entanto, a vida dos meus avós é muito mais rica e complexa: eles são militantes comunistas na Polônia e imigrantes “ilegais” em Paris. Então, quando começa a perseguição contra eles? Em 1934, quando são enviados para a prisão por terem colado alguns cartazes em defesa da União Soviética? Em 1938, quando a França republicana os persegue por falta de documentos? Em 1941, com as primeiras operações policiais das quais conseguem escapar? Em 1943, quando a porta do vagão de chumbo é fechada sobre eles?

⁴ [N. dos Tradutores] Ivan Jablonka faz referência ao seu livro *Ni père, ni mère. Histoire des enfants de l'Assistance publique (1874-1939)*. Paris: Editions du Seuil, 2006.

A corrente da vida

Encerro com algumas observações metodológicas. Meu livro não trata diretamente da *Shoah*. Ele não é exatamente um tributo que eu faço a duas vítimas da *Shoah*. Certamente, esta é uma dimensão incontornável, mas é apenas uma das suas dimensões. Eu menciono a morte dos meus avós somente no último capítulo. Eles foram assassinados, mas eu não sei exatamente como e quando. O que é certo é que deixam o mundo no prazo de uma semana entre a sua prisão em Paris, em 25 de fevereiro de 1943, e sua chegada a Birkenau, em 4 de março de 1943.

Auschwitz representa em suas vidas apenas um marco, não um destino. Meus avós eram pessoas normais, “como você e eu”, e não vítimas desde sempre. Tentei fazê-los escapar da própria morte, pois quando se diz “meus avós foram assassinados em Auschwitz”, prendemos os mortos, os aprisionamos no seu assassinato, como se toda a sua vida fosse sugada, determinada por essa morte. Tentei, ao substituir o necrológio pela biografia, recordar que meus avós estavam, antes de tudo, vivos; não carne-de-Auschwitz [*chair-à-Auschwitz*], mas seres vivos, com suas revoltas, seus compromissos, seus fracassos, seus parentescos, sua paternidade, enfim, sua normalidade. É isto que compõe, eu creio, o curso de uma vida, o tecido do qual todos somos feitos.

A segunda observação diz respeito ao modo como digo “eu” no meu livro. Eu poderia retomar a interdição de Pascal dizendo que, de fato, o eu, um certo eu, é “abominável”. No meu livro, não há confidência, segredo ao pé do ouvido, revelação escandalosa ou picante, rio de lágrimas, mas ainda há um “eu” que irriga todo o livro. É um “eu” metodológico em oposição ao “eu” confessional do confessionário, que meus predecessores estigmatizaram com justiça. Tentei escrever uma história em que o “eu” seria a garantia da pesquisa mais objetiva e não o seu princípio corruptor.

Esse “eu” – uma subjetividade objetivada num texto – permite iluminar a coerência de uma investigação, a arquitetura de um raciocínio [*raisonnement*]. Ele mostra como eu, na condição de investigador, tenho motivo para dizer isto e não aquilo sobre alguém. Quando afirmo que minha avó foi condenada a cinco anos de prisão, isso não tem nenhuma importância a menos que eu explique por que, como e com quais provas posso fazer essa afirmação. Esse “eu” também permite situar o pesquisador. Nada é mais fictício, na verdade, do que a narrativa de um historiador que pretende se abstrair da narrativa, do quadro histórico que está traçando; nada é mais enganador do que um historiador que quer convencer de que escapa à historicidade. Não somente não pretendo escapar dela, como também estou presente no quadro que traço, pois faço parte da história. Esse “eu” metodológico permite me situar em algumas filiações: intelectual, biológica, social e política, pois meu pai era comunista e eu não.

Minha terceira observação diz respeito ao trabalho da escrita [*écriture*]. Meu livro é um texto literário ao mesmo tempo em que é um livro de história. Como eu disse no meu último

livro, eu penso que a história é uma literatura contemporânea. Afirmar isso não significa dizer que eu considere o trabalho da escrita como um embelezamento, um experimento lúdico ou um capricho estético. Não acredito que a escrita, ao menos nas ciências sociais, tenha uma dimensão de prestígio ou de embelezamento. Acredito, ao contrário, que a escrita é um modo de reforçar o método, uma maneira de enriquecer o protocolo científico, de aceitar a emoção que nos move e nos faz dedicar muitos anos de nossa vida a um projeto de pesquisa.

Passamos anos a pesquisar os arquivos, a escutar as pessoas, a tentar compreender suas escolhas e seus sofrimentos. A emoção faz parte de nossa vida de pesquisador. É necessário aceitá-la. O “eu” do método é também um “eu” da emoção, pois ele indica uma direção, um amadurecimento, uma transformação por meio do contato com o nosso objeto de estudo. A vida dos meus avós me tocou em todos os sentidos da palavra. Eu senti uma indignação, não tanto por terem sido assassinados – eu sempre o soube –, mas porque o silêncio, a indiferença, o esquecimento ameaçavam levá-los embora. Contra isso, todo o meu ser se revolta. Dessa forma, procurei evitar o que acredito serem falsas oposições: a grande História dominando a pequena, a memória contra a história, a intimidade contra a objetividade, a literatura contra as ciências sociais, ou ainda, o rigor contra a emoção.

Quarta nota: eu me inscrevo na grande corrente da vida. Quatro gerações são mencionadas no meu livro: a dos meus avós, a do meu pai, a minha, a das minhas filhas, à qual o livro é dedicado. Aqui, a dimensão da herança é inseparável da dimensão da transmissão. Se eu quis estudar essa história que herdei, é para presentear meu pai e por legar algo às minhas filhas, para que elas saibam de onde vieram (digo isso com palavras batidas).

No meu trabalho, ocorreu uma circulação entre as gerações: fui sucessivamente neto, filho, pai, e fui também, sem dúvida, o pai do meu pai. Nessa pesquisa a quatro mãos que fizemos juntos, eu o ajudei, de algum modo, a ver as coisas mais claramente na sua vida; tentei fazê-lo dizer coisas que ele não teria dito de outra forma e das quais talvez não tivesse consciência. Coloquei-me no lugar dos meus avós para tentar compreender o que significa ser enviado para a prisão aos 20 anos ou ser separado dos filhos, que tinham dois ou três anos na época, para ser enviado para o seu destino final.

Minha quinta e última nota trata da análise; não da psicanálise, mas da análise no sentido mais vago e mais amplo. Seria o meu livro uma análise? Ou o “esboço de autoanálise”, como diria Bourdieu? Em síntese, qual tipo de livro escrevi? Meu livro é um livro de história, mas também um testemunho, uma biografia, uma autobiografia, um relato de viagem (viagem no espaço e no tempo), uma lápide de papel e, enfim, uma oração, o *kaddish* que é pronunciado diante do túmulo dos mortos. A história tende a se dissolver, perder as fronteiras que lhe foram designadas e se torna muitas coisas ao mesmo tempo. É bom trabalhar na fronteira dos gêneros, hibridizando experiências e dispositivos de escrita, inventando formas novas.

Os sonhos do historiador

Esse livro marcou uma etapa na minha vida, mas também, de um modo mais prosaico, na minha carreira universitária, quando, há alguns anos, o defendi diante de uma banca para o HDR. Respondi o melhor que pude a algumas questões, exceto uma, que me desestabilizou e à qual não soube responder. Um dos membros do júri, Paul-André Rosental, me disse: “Ótimo, você encontrou arquivos no mundo inteiro, encontrou testemunhas de 96 anos num *kibboutz*, você lançou mão de tudo o que tinha ao alcance. Podemos pensar que você utilizou todas as fontes disponíveis, mas penso que você esqueceu de uma: seus sonhos”. Achei magnífica essa objeção e Paul-André Rosental tinha razão: eu citei uma carta-testamento que escrevi com sete anos, mas não recorri a meus sonhos. Por quê? Receio último do historiador, talvez, pela dificuldade de interpretar meus próprios sonhos. Mas conhecer os meus avós era um sonho e, esse sonho, eu tornei realidade.

Eu acho que esse livro fez bem ao meu pai, pois passamos muitos meses conversando e eu o fiz dizer coisas que ele não teria, penso, jamais dito, ao menos não no nosso ambiente privado. Se não utilizei meus sonhos como fonte, pelo menos recuperei os traumas do meu pai – testemunha, com 10 anos, da “operação do Vél d’Hiv” [Velódromo de Inverno], à qual seus pais escaparam por milagre. Ele era muito jovem, por isso suas lembranças são vagas, mas as considere de qualquer modo e, nesse sentido, meu pai tem o *status* de testemunha ocular.

Esse livro me fez bem? Difícil dizer. De um certo modo, ele ajudou a me libertar dos fantasmas. Talvez esta seja a função mais importante da história: nos libertar dos fantasmas, no sentido de espectros e crenças. Na mitologia judaica da Europa do Leste, os *dibbouks* são os mortos que, por terem morrido de forma estranha ou dolorosa, por serem “mal” mortos, vêm assombrar os vivos. Meus avós são a perfeita definição de *dibbouk*. Os vivos precisam aceitar ser assombrados pelos *dibbouks*? Não. Os vivos são convocados a viver suas vidas entre os vivos. Eu transformei meus avós “simplesmente” em mortos, em pessoas que foram mortas após uma verdadeira vida, uma vida plena, embora breve e trágica, uma vida no seu século e na sua geração, uma vida nem heroica nem vergonhosa – tal como a nossa. Esses mortos que tiveram sua vida podem também ter sua morte, sua sepultura, sua eternidade e, desse modo, deixam de ser *dibbouks*. Eles descansam no rio onde suas cinzas foram jogadas, no nosso coração e, talvez, no meu livro.

Michel de Certeau, um dos grandes pensadores da história e da psicanálise, escreveu em *A escrita da história* (1975) que o historiador é aquele que cria a descontinuidade entre os mortos e os vivos. Aos mortos é atribuído um lugar na cidade, que é o cemitério ou o livro, para que os vivos possam viver as próprias vidas.

DISCUSSÃO

ALAIN LEMOSOF: É absolutamente necessário ler os livros de Ivan Jablonka e, em particular, o que ele acabou de mencionar, *História dos avós que eu não tive*. É um livro que, com razão, foi reconhecido por seus pares e recebeu muitos prêmios. Ele nos fala com todas as exigências metodológicas que são suas como historiador.

Esse livro não é uma história da *Shoah* ou do comunismo, tampouco um olhar sobre as ilusões de um século nem uma memória familiar de palavras, de silêncios ou de amor. Não uma coisa ou outra, mas tudo isso junto, tecido, contudo, de acordo com uma trama extremamente rigorosa: nas palavras do autor, um ensaio de *história total*, no qual, além disso, o “eu” não se oculta. Ele afirma a sua presença na primeira pessoa, mantendo firmemente o rigor científico próprio à sua disciplina.

Aprendemos muito com ele. Por exemplo, Ivan Jablonka descreve, para retomar um dos temas do livro, *uma triste filiação*. Ele acompanha, em detalhes, os relatórios policiais e penitenciários que perseguiram os seus avós, bem como os decretos e leis sobre a nacionalidade e o trabalho relativo a pessoas estrangeiras. Textos promulgados após a crise de 1929, que se tornaram progressivamente mais excludentes ao longo dos anos. A triste filiação é construída de fortes laços administrativos e de diretrizes que regularam as políticas migratórias existentes entre o fim da III República, na década de 1930, e o governo de Vichy. Essas políticas foram aplicadas por aqueles que as dirigiram, burocratas como René Bousquet ou André Tulard, que durante anos organizaram e gerenciaram diligentemente os registros que os serviços do Terceiro Reich empregariam da pior maneira possível. “Embora a legislação dos anos 1930 não seja explicitamente antissemita, existe uma ‘Vichy antes de Vichy’ e ela fermenta na República. Filiações tristes, perspectivas sombrias” (JABLONKA, 2012, p. 169). Isso contribui indiretamente – pois não é abordado como tal em sua obra – para uma reflexão, sem anacronismo nem amálgama, sobre a nossa história mais contemporânea. Estou pensando mais exatamente, tendo em vista a grande crise econômica e social que atinge nossos países há muito protegidos, em algumas consequências, como a atual disseminação, muito concreta e perigosa, das ideias e perspectivas míopes de partidos de extrema-direita em ascensão, que pretendem, de modo insidioso, ocultar os seus fundamentos antidemocráticos, xenofóbicos e racistas.

Mas, certamente, essa é a história de Matès e Idesa Jablonka, os avós paternos do autor, “poetras do século” a quem ele concede, ao dar-lhes descanso, vida e humanidade. “Vivos, eles já eram invisíveis e a história os pulverizou. [...] Esses anônimos não são meus, são os nossos” (p. 164-165). Quando ele escreve *os nossos*, entendo que são os nossos de todos nós, esses anônimos para quem ele testemunha e devolve, por meio da escrita, a existência: isso faz parte da nossa história, quer sejamos judeus ou não, quer tenhamos sido ou não descendentes de comunistas ou comunistas nós mesmos. Na introdução do livro, ele explica o seu

projeto: “[Minha pesquisa] é um ato de geração, o oposto de uma investigação criminal” (p. 11). Ao final de sua intervenção, ele afirma: “Não é um necrológio, é uma biografia”. Em seu livro, há vida e desejo de viver. Uma vida que emerge, que surge através da fala, da escrita, da pesquisa, da investigação, do horror disso que é inominável, indizível. Uma vida ligada também a sua enunciação cuidadosa, que nos prende como leitores. Um desejo de vida que podemos encontrar, na condição de analistas, num nível mais individual, íntimo, que não necessariamente se insere no quadro de uma história mais global, mas que evidentemente poderia ser.

O autor trata, de um lado, do comunismo e da *Shoah* e, de outro, de seus avós. Segundo uma das principais teses de Ivan Jablonka, não existe, por um lado, a grande História, com seu “H” maiúsculo, e, de outro, a pequena história individual: existe apenas uma história. Cito um trecho do livro, no qual ele elabora uma de suas questões centrais: *quem nos gera como historiador?* “Acredito que me tornei historiador para um dia fazer essa descoberta. A distinção entre nossas histórias familiares e isso que gostaríamos de chamar História, com a sua pomposa letra maiúscula, não faz sentido algum. É rigorosamente a mesma coisa. Não há, de um lado, os grandes deste mundo, com seus cetros e seus discursos televisionados, e, de outro, o fluxo da vida cotidiana, os ódios e as esperanças frustradas, as lágrimas anônimas, os desconhecidos cujos nomes enferrujam num memorial aos mortos ou num cemitério no campo. Só há uma liberdade, uma única finitude, uma única tragédia que faz do passado a nossa maior riqueza e a nascente envenenada onde o nosso coração se banha. Fazer história é emprestar o ouvido à palpitação do silêncio, tentar substituir a angústia – tão intensa que parece bastar a si mesma – pelo respeito triste e terno que a nossa condição humana inspira” (p. 164-165).

A leitura dessa passagem mostra a qualidade da escrita deste livro e, de modo mais geral, da reflexão sobre a escrita da história que, segundo Ivan Jablonka, não deve ser considerada como um adorno. A escrita faz parte da história, a constitui, é preciso ouvi-la bater no coração. Em sua obra, existe uma verdadeira busca literária por palavras e expressões, que permite articular conjuntamente o que ele denomina especificamente o “eu” do método e o “eu” da emoção⁵, com o intuito de situar, da maneira mais precisa possível, o que deve ser a narrativa historiográfica. Esse é o tema de seu último livro, de caráter mais teórico: *A História é uma literatura contemporânea. Manifesto para as ciências sociais* (JABLONKA, 2014).

O livro sobre seus avós paternos é uma realização concreta que ilustra as teses defendidas neste *manifesto*. E, se ele me permitisse, eu gostaria de dizer que não são apenas os avós que estão presentes. Ele também está, se envolve, nos oferecendo um ambicioso manifesto sobre a escrita das ciências sociais. Uma questão da escrita da história inaugurada por antecessores a quem ele cita: Michel de Certeau, que, como psicanalistas, nos interessa diretamente ou

⁵ Cf. *infra*.

ainda Paul Veyne (1971)⁶ e vários outros que refletiram sobre o processo e as condições de escrita da história.

A principal contribuição de Ivan Jablonka é a afirmação de uma posição: da mesma forma que não há necessariamente uma ruptura entre a pequena e a grande história, não há uma separação intransponível entre a literatura e a história. A articulação deve ser promovida na própria narrativa histórica. Segundo ele, o historiador não pode ser uma criatura fria recolhendo dados que não o afetariam, realizando os chamados estudos objetivos, analisando dados e propondo hipóteses. Ele defende que o historiador é uma pessoa apaixonada e que é perfeitamente possível escrever e analisar a história da maneira mais científica⁷, ao mesmo tempo em que deixa transparecer o sujeito que interroga e se interroga.

Mas essa introdução deliberada da subjetividade não está isenta de risco. Ela implica reforçar a exigência moral que o historiador se atribui de não sucumbir às emoções que lhe conduzem as suas descobertas.

Essas proposições podem ressoar em nós, pois o que é o “escrever da psicanálise”? Não se trata de escrever a história do movimento analítico, que não é nada óbvio, mas de como fazer para que essa prática tão sutil da transferência seja entendida no que é dito, construído e vivido? Questão extremamente complexa sobre como é possível escrever a experiência analítica, destacando que o analisando já escreve a sua análise sessão após sessão e sabendo, ademais, que sempre haverá uma perda em relação ao que é relatado.

Além disso, a exigência ética tem uma analogia com o que podemos vivenciar como analistas. Ao contrário da imagem habitual, é errado considerar que o analista não experimenta nem emoção nem afeto e foi isso justamente o que levou Jacques Lacan a dizer que o desejo do analista não apenas precisaria ser distinto, mas *deveria* ser “mais forte” do que a contra-transferência. O analista, não menos que o historiador, é um ser que pode ser afetado pelo que é dito consciente e inconscientemente – que é, por vezes, um momento crucial e “transformativo” da cura –, mas isso impõe, por meio do recuo, uma reflexividade com relação as suas emoções e um perguntar-se pelo que pode ser analisado, trabalhado e, eventualmente, escrito. Em outras palavras, refere-se à distinção entre o analista enquanto sujeito e o analista enquanto função. Essa distinção diz respeito à responsabilidade do analista.

Nós nos entretemos com razão, pois era, em determinada época, uma “senha” usada num tom de repetição vazia que constituía a pergunta “De onde você está falando?”. No entanto, não se pode esquecê-la aqui, pois ela coloca radicalmente a questão do sujeito que Ivan Jablonka aborda com suas palavras de historiador. O que nos gera como historiador? – ele questiona. Essa questão pode repercutir ainda mais intimamente entre os analistas, em sua divisão subjetiva, quando questionam sua estranha prática. “O que ‘eu’ faço quando ‘eu’

⁶ Ver também o artigo de CLARINI (2014).

⁷ *Histoire des grands-parents que je n'ai pas eus* contém aproximadamente 50 páginas de notas, de referências de fontes, documentos anexos.

escuto?” Quem é o ‘eu’ que fala, que interpreta explicitamente ou silenciosamente? Quem sou eu quando ‘eu’ falo e de qual espaço inconsciente e histórico minha fala emerge?” “O que nos engendra na cura como analista ou como analisando?” Isso diz respeito tanto ao analisando quanto ao analista. A propósito de seu livro, o autor retoma a noção de *ego-história* introduzida por Pierre Nora: conceito que, esquematicamente, designa a tentativa de evidenciar, como historiador, o laço entre a história que se escreve e a história que nos escreve. Essa noção está explícita na interrogação reflexiva desenvolvida. Mas esse questionamento deve ser elaborado. Uma vez iniciado o movimento – de pesquisa ou de análise –, o *ego* não permanece incólume. O sujeito que questiona, que se questiona, não é movido somente por essa história traumática que o envolveu e inscreveu sua escrita da história num campo datado, mas ele escreve-se a si próprio por meio da história e da cura. Enquanto ele escreve a história, algo muda. O historiador se constrói com a escrita. O que é verdade em toda a literatura verdadeira.

No campo analítico, uma das primeiras contribuições de Lacan consiste em ter diferenciado o eu e o sujeito (LACAN, 1975). A despeito das recuperações cada vez mais complexas que o termo sujeito adquiriu desde sua elaboração, essa distinção original radical foi mantida. Nessa acepção, esse termo *ego* pode ocultar um aspecto imóvel, de congelamento na imagem, enquanto que o *sujeito* se inscreve no seu movimento, na dinâmica, algo que está além ou abaixo da questão desse *ego*.

É por isso que eu não penso que esse livro possa ser qualificado somente sob o título de “ego-história”, a menos que esse termo *ego* seja entendido de outra forma. A concepção de *ego*, empregada por Ivan Jablonka, parece mais dinâmica do que a inicialmente⁸ estigmatizada no campo analítico por Lacan. Isso se percebe justamente quando ele escreve em *A História é uma literatura contemporânea*: “Eu mesmo [*moi*] e eu [*je*]: a distinção é crucial [...]. O ‘eu da pesquisa’ é uma virtude compreensiva herdada da tradição hermenêutica; mas o ‘eu’ [*je*], ao injetar essa epistemologia no coração da narração, incentiva a escrever um texto. O ‘eu’ é esse pronome tabu que faz passar do modo objetivo para o modo reflexivo (JABLONKA, 2014, p. 289-290). Algumas páginas depois, ele desenvolve a complexidade e a triplicidade do ‘eu’ do método ao qual recorre. “Eu” tensionado entre o “eu” da posição, o “eu” da investigação e o “eu” da emoção: “O pesquisador não é um robô, mas um indivíduo que dedicou uma parte de sua vida a uma pesquisa. [...] Não há nenhum egocentrismo aqui, mas uma simples constatação: o processo de conhecimento tem frequentemente o efeito de desestabilizar nossas certezas. Esse envolvimento do pesquisador (o que poderíamos chamar de o governo do saber) evidencia que ele é tanto o responsável pela pesquisa quanto o seu objeto, sua substância” (p. 292).

⁸ Tardiamente, a propósito de Joyce, Lacan em seu seminário, *O sintoma*, introduziu o conceito de um *ego* ao mesmo tempo simbólico e real, diferente do eu, cuja dimensão é imaginária (LACAN, 2005, p. 143-155). A despeito das respectivas finalidades da prática histórica ou analítica, essa última acepção lacaniana do *ego* não constituiria uma ponte entre as disciplinas?

Ao mesmo tempo, podemos questionar o termo “auto-história” que, tal como o de ego-história, parece muito descritivo e pode mascarar um dado subjetivo maior quando ressoa, contudo, no centro dessa elaboração sobre a escrita da história. A pertinência desse termo próximo ao de “autoanálise”, preferido por Freud, tem levantado questões no mundo analítico. Octave Mannoni, num artigo famoso, mostrou a sua inadequação. Longe de ser um fruto solipsista, a psicanálise nasceu da transferência apaixonada e passional que Freud desenvolveu com seu alter ego, Wilhelm Fliess (MANNONI, 1969). De modo análogo, esse livro sobre Matès e Idesa Jablonka possui destinatários. Ao neto deles, Ivan, mas não somente; o livro se destina também ao pai do autor, que, aliás, se encontra extremamente presente, e a sua mãe. Ivan Jablonka declara que esse livro foi escrito a quatro mãos com seu pai, Marcel Jablonka. Ele é o resultado de uma pesquisa conjunta, com o órfão que é, foi o seu pai, onde filho e pai se apoiam mutuamente na investigação. O título de sua intervenção: “Quando o historiador é pai e filho” indica que, em alguns momentos, o filho passa a ocupar uma posição ascendente nesse trabalho de transmissão. Trata-se também da questão que se dirige em favor das filhas do autor, de sua tia, de seus potenciais leitores, do público. Todas essas razões podem indicar que o termo auto-história é insuficiente, pois ele falha em evidenciar essa dimensão essencial do endereçamento e do diálogo que se realiza ali com esses diferentes interlocutores.

Há evidentemente um destinatário principal que é o pai do autor – a realização desse livro provavelmente permite a este último libertar-se de seus fantasmas, de seus silêncios, pelo menos parcialmente. Desde o início e por muito tempo, esse pai nada quis saber, pois era muito doloroso. Muitas passagens mencionam como Ivan Jablonka foi forçado a pressionar seu pai para fazer a pesquisa e acompanhá-lo, porque era demais para ele... era demais, sem que tivéssemos que dar mais motivos. Não sabemos a razão, apenas que havia algo que parecia impossível no início. Podemos destacar a conversa inaugural, que guiará a pesquisa conjunta, no curso da qual o pai recorda a última operação policial na qual seus pais, que depois desaparecerão, salvaram a ele e à sua irmã Suzanne, conseguindo deixá-los com seu vizinho; antes mesmo que ele possibilitasse, através de redes de solidariedade judaica, que se escondessem e vivessem no campo com o senhor e a senhora Courtoux, que, falecidos depois, os acolheram, alojaram e protegeram. Ivan Jablonka pesquisa e encoraja seu pai a tentar encontrar os descendentes dessas pessoas que poderiam ter informações. É difícil, ele resiste: “É necessário que ele escreva com urgência à prefeitura de Luitré e de La Selle-en-Luitré para obter informações sobre os Courtoux, que ele jamais reencontrou. Meu pai está reticente, me contrapõe com toda uma série de argumentos para provar que é inútil, que ninguém vai responder etc. Eu insisto, ele cede com relutância, mas está secretamente satisfeito, creio, por embarcar na busca por sua própria história” (JABLONKA, 2012, p. 308).

Aprendemos também que, nos anos 1960, Marcel Jablonka consultou um psicanalista – e ele odeia psicanalistas. Sessões difíceis e pacientes que lhe permitiriam reencontrar o

significado de vestígios de lembranças enterradas e gravá-las, pela palavra então dita, na sua memória: sobretudo esses fragmentos dispersos de imagens que nos permitiriam reencontrar e nomear esses instantes, particularmente emocionantes da “raffle de Vél d’Hiv”. Momentos reencontrados de sua mãe Idesa que escapa do apartamento invadido pela polícia e consegue, com seus filhos nos braços, salvar a si e a eles atravessando toda Paris, antes de encontrar um refúgio temporário com o “dentista providencial” (p. 239-240).

Em outra passagem, ligada às lembranças reconstruídas na análise, Marcel Jablonka formula uma frase extremamente importante sobre o silêncio dos sobreviventes após a *Shoah*: “Nos anos 1960, meu pai constrói uma outra imagem no psicanalista: ‘Numa cama com Suzanne, eu vejo minha mãe acima de mim. Ela chora. Ela me dá o seio e diz: ‘Veja, não tenho leite’” (p. 257). Isso o traz de volta para logo depois da operação policial de julho de 1942. Devido ao perigo, Marcel, dois anos e alguns meses, e Suzanne, tia de Ivan Jablonka, três anos e meio, são confiados a uma senhora espanhola que vive no subúrbio. Em breve, Idesa não suportará mais ser separada de seus filhos e irá procurá-los. Quando ela recupera seus filhos, ainda que ela os tivesse amamentado antes, ela já não tem mais leite.

Como historiador, Ivan Jablonka pergunta: “Este fragmento de lembrança possui espaço aqui?” (p. 257) e cita um historiador que afirmou: “Quando o conhecimento chega, chega a lembrança” (FRIEDLÄNDER, 1978). E o autor complementa: “Meu pai discorda: quando lemos, quando buscamos finalmente compreender, os dados mentais se revelam subitamente muito tênues, tão insignificantes no quadro recém restaurado que eles não pesam nada e se evaporam. *Quando chega o conhecimento, se apaga a lembrança*” (JABLONKA, 2012, p. 257).⁹

Essa fala do pai me parece testemunhar algo fundamental. Enquanto analistas, somos também por vezes confrontados por ela, quer dizer, de um certo modo, o silêncio, a recusa em conhecer não traduzem somente a recusa de afrontar o despertar do sofrimento, do horror mas, mais profundamente, que esse silêncio, ele mesmo, encobre o real indizível de uma lembrança, que é um traço da morte mas também da carne, da vida e que, se ele for inscrito muito depressa ou mal¹⁰ em palavras ou numa história, corre o risco de se tornar totalmente insignificante. Esse silêncio também pode ser, paradoxalmente, o último testemunho, o último traço vivo.

Para concluir esse comentário, que poderia prosseguir, destaquemos que é possível – ou se teve – a oportunidade de recuperar essa jornada da história com seu pai ou sua mãe durante a vida; ou não ter essa chance. Ao contrário de seu pai, Ivan Jablonka a teve. Com a sua pesquisa, eles forneceram uma presença simbólica aos ausentes. O autor apresenta este livro como um presente para seu pai. Certamente, mas não podemos pensar que por meio dessa

⁹ Grifo meu.

¹⁰ Aqui se encontra, de fato, a questão da ética do bem dizer, defendida por Lacan, no campo analítico. Não encontraríamos o seu corolário na pesquisa de Ivan Jablonka?

investigação conjunta enriqueceu-se também a força de seu vínculo? Há, naturalmente, um antes e um depois desse livro no que diz respeito aos laços entre pai e filho. Laços simbólicos, tecidos paralelamente à construção dessa ponte essencial lançada sobre o silêncio, que contribuem para que a vida possa continuar na transmissão entre gerações.

LILIANE GHERCHANOC: Eu acho que o seu livro está perpassado de sonhos, seja lá o que a sua banca possa ter dito.

JEAN SZPIRKO: Escuto-o pela primeira vez, e fiquei realmente admirado com as suas preocupações e com o seu método para conceber, elaborar e escrever seu livro. Agradeço também a Alain Lemosof por sua apresentação.

De sua fala, eu gostaria de retomar alguns pontos a partir da pergunta que lhe foi feita: “E o sonho?”, à qual você respondeu com elegância ao deslocar a questão.

Essa pergunta buscava, me parece, colocar em causa um “controle de si” [*maîtrise du moi*] que você teria demonstrado ao longo do seu trabalho. No entanto, você tinha dito, citando Pascal: “O eu é abominável”.

Quando o escuto, de fato, não acredito que você negligencie a dimensão do sonho. Pelo contrário! Eu me explico. Na psicanálise circulam alguns mitos: os psicanalistas só se preocupam com o passado e com os sonhos. Ora, eles não conhecem nem o passado nem os sonhos de seus analisandos. Eles só conhecem as reatualizações singulares do passado nas curas. Dos sonhos, eles só conhecem as suas narrativas e os seus comentários...

É assim que o seu livro não exclui o sonho. Pelo contrário: é a narrativa elaborada de um sonho que habita você e que busca estabelecer algo de uma história, com os comentários que você desenvolve, fundamenta, deparando-se com limites, impossibilidades de buscar, de dizer, deparando-se, portanto, com “o umbigo do sonho”, segundo Freud, o real em termos lacanianos – real do qual podemos perceber algumas margens nos fluxos da cotidianidade que habitam a todos.

CLAUDIE BOLZINGER: Não li o seu livro, mas fiquei muito comovida com o modo como você estava falando com um enunciado com enunciador, uma observação com observador. Duas pequenas coisas me chamaram a atenção: a primeira é que você se identifica, abordando de modo preciso o trabalho do historiador quando relata como consultou os arquivos, porque o historiador, por definição, realiza um trabalho de pesquisa nos arquivos e você menciona que não havia muitos arquivos, que era preciso procurá-los. O que você mostra através disso é que, enfim, nunca sabemos o que estamos transmitindo e que seus avós não sabem o que eles transmitiram. É por meio do trabalho posterior que, subitamente, podemos encontrar o que foi transmitido por esses artesãos que viveram na Polônia, que conseguiram se engajar e que tiveram uma vida realmente trágica.

A segunda coisa é: quais encontros, além daquele com o seu pai e com seus antepassados, levaram você a se observar e a se colocar em seu próprio sonho, em seu desejo, que está sempre presente no sonho, algo que remete precisamente ao umbigo de que falava Jean Szpirko, e que não encontramos? Quais encontros, talvez até mesmo no presente, conduziram você a isso?

Minha última observação é que, essencialmente, o seu livro é uma obra de arte. Não é nem análise, nem autoanálise, mas uma obra de arte. Penso particularmente numa senhora que conheci muito bem, chamada Jo Anger-Weller (2000), cuja história na Polônia é semelhante àquela que você mencionou e que foi capaz de criar diversos tipos de obras de arte que contam um pouco essa história. Ela chegou depois a Grenoble, onde expôs cabeças, muitas cabeças, que representavam um pouco todas essas trágicas vidas passadas.

IVAN JABLONKA: Eu não sabia que se dizia sobre os analistas que eles trabalham no passado. Em todo caso, o certo é que se diz frequentemente que os historiadores vivem no passado, que são obcecados por ele, que remoem as mesmas ideias ultrapassadas. Acredito que tanto o analista quanto o historiador podem rejeitar esses comentários, que são quase acusações, simplesmente porque, como numa análise em que o passado é reatualizado, a história é feita por e para os homens do presente. Um historiador é alguém que vive no presente, que coloca questões que são as do seu tempo e que trabalha a partir de traços que sobreviveram. Posso bem pesquisar os séculos XVIII, XIX ou XX, ainda assim tenho a necessidade de traços, arquivos, testemunhos que existem *hic et nunc*, aqui e agora. Nesse sentido, sou plenamente o filho, a cria de meu tempo, de uma época memorial, de uma “era do testemunho”, que começou nos anos 1980. Remeter o historiador sempre ao passado do qual ele seria o prisioneiro é uma má interpretação do que ele faz.

É claro que falei de sonho, e podemos perguntar de que sonho veio o meu livro, mas creio que aqui a palavra “sonho” é um pouco imprecisa. Eu poderia, simplesmente, ter sonhado com os meus avós, ou seja, tê-los idealizado. “Sonhar com alguém” também significa que imaginamos as pessoas como gostaríamos que elas fossem. Sonhar com meus avós poderia ter consistido numa glorificação, uma ampliação, uma bajulação, mas isso já não seria mais história. Nesse sentido, não os sonhei.

O sonho pode ser também a transformação em pesadelo, e talvez eu não tenha sido capaz de enfrentar a vida dos meus avós, especialmente sua morte trágica. Eu poderia ter vivido permanentemente no pesadelo, na assombração dos reinícios; eu poderia ter visto nazistas atrás de todas as portas. Isso teria sido uma maneira de sonhar mal com meus avós. Tentei, pelo contrário, sonhá-los bem. Com isso quero dizer que tentei fazer disso o sonho mais livre possível, devolvendo-lhes seu lugar e nada mais que o seu lugar.

A senhora falava em devolver a cada um o seu lugar. Foi precisamente isso que tentei fazer: que cada um reencontre seu lugar, que os avós sejam avós e nada mais, não deuses tutelares, nem figuras míticas, nem fantasmas de pesadelo, nem *dibbouks* que vêm para nos impedir de viver – mas avós, nem mais, nem menos.

Referências

- ANGER-WELLER, Jo. *L'humanité'erre... et la femme s'entête*. Exposição *Bordeaux, Drancy, Auschwitz, aller simple*. Prefeitura de Grenoble, out. 2000.
- CLARINI, Julie. L'histoire peut s'écrire pleinement. Entrevista com Paul Veyne e Ivan Jablonka. *Le Monde des Livres*, 2 oct. 2014.
- CORBIN, Alain. *Le monde retrouvé de Louis-François Pinagot. Sur les traces d'un inconnu, 1798-1876*. Paris: Flammarion, 1998.
- FRIEDLÄNDER, Saul. *Quand vient le souvenir*. Paris: Seuil, 1978.
- JABLONKA, Ivan. *Ni père, ni mère. Histoire des enfants de l'Assistance publique (1874-1939)*. Paris: Seuil, 2006.
- JABLONKA, Ivan. *Histoire des grands-parents que je n'ai pas eus*. Paris, Seuil, 2012.
- JABLONKA, Ivan. *L'Histoire est une littérature contemporaine. Manifeste pour les sciences sociales*. Paris: Seuil, 2014.
- JABLONKA, Ivan. Quand l'historien est père et fils. In: AVRANE, Patrick *et alii*. *Parentalités et filiation*. Paris: Campagne Première, 2015. p. 21-50.
- LACAN, Jacques. *Le Séminaire, livre I, Les écrits techniques de Freud*. Paris: Seuil, 1975.
- LACAN, Jacques. L'écriture de l'ego. In: *Le Séminaire, livre XXIII, Le sinthome*, séance du 11 mai 1976. Paris: Seuil, 2005. p. 143-155.
- MANNONI, Octave. L'analyse originelle. In: *Clefs pour l'imaginaire ou l'autre scène*. Paris: Seuil, 1969. p. 115-130.
- MARROU, Henri-Irénée. *De la connaissance historique*. Paris: Seuil, 1954.
- VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. Paris: Seuil, 1971.